

# CPI aprova relatório e cita 18 parlamentares

CLÁUDIA CARNEIRO

**CORRUPÇÃO**

A CPI do Orçamento aprovou ontem, por unanimidade, o relatório do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que concluiu pelo pedido de cassação de 18 parlamentares — 16 deputados, um suplente e um senador. Ao contrário do que se previa, a sessão de conclusão de três meses de trabalho ininterrupto durou menos de 12 horas e atraiu poucos ao auditório Petrônio Portella, no Senado. A CPI inocentou quatro deputados e quatro senadores, entre os 43 parlamentares que prestaram depoimento, por denúncias de ligação ou participação direta com a máfia do Orçamento. Outros 14 deputados e três senadores continuarão a ser investigados pelo Congresso Nacional e Ministério Público, conforme sugere o relatório. Já na segunda-feira, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, encaminha à Comissão de Constituição e Justiça o pedido de abertura de processo de cassação contra os parlamentares envolvidos no esquema de manipulação do dinheiro público.

Em seu relatório de 600 páginas, Roberto Magalhães aponta o deputado João Alves (sem partido/BA) como o maior implicado nas denúncias de corrupção investigadas pela CPI. No comando do esquema da máfia do Orçamento, Alves movimentou em suas contas bancárias, nos últimos cinco anos, nada menos que a "fantástica" quantia de US\$ 50 milhões, cerca de 300 vezes os rendimentos dos parlamentares. Estrelas do Congresso como o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Ricardo Fiúza (PFL-PE) também não escaparam da punição. Além da cassação, os parlamentares citados poderão ter seus bens seqüestrados.

**Governadores** — Quanto aos governadores citados por José Carlos, a CPI decidiu encaminhar para investigação pelo Ministério Pùblico as provas de irregularidades fiscais e patrimoniais de Joaquim Roriz (DF), Edison Lobão (Maranhão) e João Alves Filho (Sergipe). Dos três, o governador Roriz foi o mais implicado no relatório de Magalhães. Mesmo assim, a maior parte das denúncias formuladas contra Roriz durante as investigações foi ignorada, pela falta de provas. Os indícios de irregularidades na obra do Metrô de Brasília mereceram apenas quatro linhas no relatório de Magalhães.

Dividido em cinco volumes, o relatório da CPI admite, logo na introdução, que o poder no Brasil foi corrompido. Não poupa o Executivo, que "definia os recursos orçamentários de forma ilegal", e responsabilizou o Legislativo, "que autorizava a liberação de dinheiro". Na terceira parte, descreve os caminhos da corrupção e destaca as empreiteiras, no comando do mais "sofisticado" esquema de desvio de verbas na Comissão de Orçamento e no Governo.

**Propostas** — Magalhães enumera propostas para alteração na estrutura do Poder, entre elas a mudança na elaboração do Orçamento, a extinção da Comissão Mista de Orçamento, das subvenções sociais, o fim do sigilo bancário e fiscal para mandatários políticos e mudanças na lei eleitoral e partidária. Os parlamentares, pela recomendação do relator, ficam mais sujeitos a perder o mandato e se tornarem inelegíveis.

Dos apontados para cassação, os deputados Annibal Teixeira, Paulo Portugal e Carlos Benevides, filho do senador Mauro Benevides, tiveram coragem de aparecer no plenário. A leitura do relatório foi feita por revezamento entre os parlamentares, e o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, competido, evitou as tradicionais piadas em plenário. Não houve sequer manifestações ou violência, como era temido.

